

COMUNICAÇÃO ATRAVÉS DA ARTE E DAS NOVAS TECNOLOGIAS QUE RENOVAM E COMPLEMENTAM A RENDA FAMILIAR

Maria do Carmo Jampaulo Plácido Palhaci¹, Luiz Antonio Vasques Hellmeister², Bianca Barbis³,
Murilo Rodolfo Penteado Leonardo Filho⁴, Juliana Fernandes Pereira⁵

Abstract — *Sustainability suggests a new social organization required for human survival. The aggravation of environmental problems arising by population growth, industrialization, disorderly and unconscious consumption of Human Being, induces us to think about how to stop these problems. Recycling presents itself as a means of stopping environmental destruction and as a way to increase the family income of the poorest society existing in our globalized world. This article suggests a research on recycling being carried out as a means of livelihood.*

Index Terms — , *bibliographic references, Sustainability, recycling.*

INTRODUÇÃO

A função da arte pode ser definida pela sua importância e utilidade, seja na decoração em um sentido amplo ou para explicar e descrever a história do mundo. Pode ser atribuída a arte uma forma de comunicação, onde seu criador desenvolve percepção, raciocínio, controle gestual e a imaginação, além de desenvolver trabalhos que tenham uma importância social relevante envolvendo aspectos econômicos e educativos. É necessário que a Arte e seu criador se comprometam com o coletivo utilizando materiais que já realizaram seu ciclo no meio ambiente. Ao término deste ciclo não se pode chamar os materiais de natureza morta, visto que é possível criar nova forma através de nova arte. O pesquisador deve interessar-se em refletir a sensibilização sócio-ambiental na confecção de produtos a partir da natureza, visto que já está disponível para uma continuidade. Esta nova proposta de arte deve englobar o planeta, os animais, plantas e pessoas refletindo que os mesmos estão profundamente interligados. No processo de criação artística não é definido antecipadamente como ficará o final da obra. O produto final será uma interação entre materiais, criação, originalidade e o executor da arte que está sendo construída.

A reciclagem não serve apenas para decoração, mas é um recurso importante para a preservação do meio em que vivemos. Através da arte é possível e desejável que os envolvidos no projeto desenvolvam sua percepção e imaginação e que possam atuar na melhoria da sua qualidade de vida, da sua família e da sociedade.

OBJETIVO

Neste artigo o objetivo foi realizar um levantamento de referencial bibliográfico do que foi abordado e problematizado ao longo da história, envolvendo relações entre o ser humano, ambiente, sociedade, tecnologia e arte, enfatizando a realidade brasileira.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

Tavessoni (2008) diz que o surgimento das políticas sociais a partir das quais, atualmente, temos trabalhado, só pode ser formulado no contexto da tentativa de construção de uma sociedade de direitos. A Declaração Universal dos Direitos do Homem, é um marco nessa busca. A declaração está relacionada ao surgimento das sociedades democráticas modernas, sociedades cujo princípio organizador da ordem política é o fundamento da liberdade. Dessa forma, a solução democrática acaba por se constituir em um problema, ao estabelecer suas bases na liberdade.

Rosavallon (2002) é um dos pensadores que consideram que a globalização econômica modificou o espaço da democracia. Com o advento da economia de mercado, torna-se cada dia mais difícil instituir um campo político. Para ele, haveria uma dissolução do político na contemporaneidade. Essa dissolução pode ser apreendida a partir da análise de várias formas de tentativa de recomposição de uma soberania, conforme se vê acontecer atualmente nos movimentos fundamentalistas.

¹ Maria do Carmo Jampaulo Plácido Palhaci – Professora Assistente Doutora, Departamento de Artes e Representação Gráfica, Unesp Campus de Bauru, Avenida Luiz Edmundo Carrijo Coube 14-01, Bauru, SP, Brasil, palhaci@faac.unesp.br

² Luiz Antonio Vasques Hellmeister, professor assistente doutor, Departamento de Artes e Representação Gráfica, Unesp – Campus de Bauru, Avenida Luiz Edmundo Carrijo Coube 14-01, Bauru, SP, Brasil, hellmeister@faac.unesp.br

³ Bianca Barbis, graduada em Jornalismo pela FAAC – UNESP – Campus de Bauru, Avenida Luiz Edmundo Carrijo Coube 10-01 Bauru, SP, Brasil, biancabarbis@terra.com.br

⁴ Murilo R. P. Leonardo Filho, graduando do curso de Design da FAAC – UNESP – Campus de Bauru, Rua Luiz Edmundo Carrijo Filho 10-01 Bauru, P, Brasil. Muriloleonardo08@yahoo.com.br

⁵ Juliana Fernandes Pereira, graduanda do curso de Design da FAAC – UNESP – Campus de Bauru, Rua Luiz Edmundo Carrijo Coube 10-01 Bauru, SP, Brasil julianafp08@yahoo.com.br

Para Sanchs (2003) a industrialização e a urbanização avançaram. O país conseguiu substituir importações e adquirir competência inclusive na área decisiva dos bens de capital, mas a estrutura econômica do país ainda se caracteriza pela heterogeneidade. Esta pode ser avaliada comparando o diferencial de produtividade entre empresas modernas e as atividades do oceano de pequenos produtores rurais e urbanos, agricultores familiares, trabalhadores por conta própria, microempreendedores e seus empregados. Ainda com as palavras da autora, superar essa brecha é condição inarredável para deter e reverter o processo progressivo de apartação social, que pode até agravar-se com processos de modernização. Para tanto, será necessária uma estratégia que não se contente com o crescimento econômico a um ritmo respeitável. Precisarás estar orientada para modalidades de crescimento com impactos sociais mais positivos e melhor repartição dos resultados, sem esquecer a dimensão ambiental. A meta é o desenvolvimento sustentável – social, ecológica e economicamente.

Sanchs (2003) afirma que isso levará a privilegiar a geração de empregos e auto empregos, postos de trabalho com remuneração e condições adequadas; políticas que privilegiem a inserção produtiva de excluídos e semi-excluídos; ênfase na educação e saúde, indispensáveis principalmente para esses grupos e ainda aumento da produtividade.

Sobre o empreendedorismo compartilhado Sanchs (2003) diz que ele não deve ser visto como o oposto do empreendedorismo individual. Eles não são antiéticos. Ao contrário, ações compartilhadas podem representar um valioso respaldo para o empreendedor individual. Nos chamados sistemas (ou arranjos) produtivos locais, é possível testemunhar sinergias extremamente benéficas entre os empreendimentos, que resultam exatamente no balanço saudável entre cooperação e concorrência. O fato de os empreendedores de um mesmo ramo competirem entre si não exclui iniciativas e ações compartilhadas, voltadas à solução de problemas comuns, ao aprimoramento da infraestrutura e da rede de serviços locais, à atuação conjunta nos mercados para compras e vendas compartilhadas, à negociação com os poderes públicos locais e nacionais.

Segundo Mckinsey&Company (2006) a ideia de negócio social começou a fazer sentido para instituições de distintas áreas de atuação. Aquelas com foco em meio ambiente, por exemplo, concluíram que a criação de uma nova alternativa de renda era essencial para impedir que comunidades devastassem as florestas em busca de uma solução econômica para sua sobrevivência. Organizações de

formação de jovens, por sua vez, viram nesse modelo uma forma de criar a oportunidade do primeiro emprego para um público capacitado e treinado, mas cujo o acesso ao mercado de trabalho para populações de baixa renda excluídas da cadeia produtiva, aproveitando seu potencial, ou ainda de resgatar tradições culturais esquecidas na forma de produtos que, disseminados para outros centros, pudessem manter viva a história e gerar receita para a comunidade.

Ainda segundo Mckinsey&Company (2006) em todos os casos, os negócios com impacto social começaram a surgir como alternativas criativas de desenvolvimento, geração de emprego e renda, e incentivo ao empreendedorismo, ultrapassando as fronteiras da sustentabilidade para tornarem-se estratégias socioeconômicas de combate à pobreza. A geração de novos postos de trabalho, por exemplo, incrementa a renda familiar com alternativas econômicas, sustentáveis e possibilita a inclusão de mulheres e jovens em atividades produtivas integradas às suas rotinas diárias, fortalecendo o seu papel nos processos decisórios familiares e comunitários.

Para Antonini, Eskinazi e Mendes (2008) o despertar da preocupação com preservação da natureza deve-se, principalmente, à crise socioambiental sem precedentes que atinge o planeta. O movimento ambientalista responde, nas últimas décadas, pela construção de novos valores que questionam as formas tradicionais de pensar a economia, a sociedade e a natureza. Destaca, entre eles, a noção de cuidado e proteção ao meio ambiente, em face do modelo capitalista implantado desde o século XIX. Coloca em xeque a noção de progresso, o papel da ciência, o impacto tecnológico e a ousadia humana perante outras espécies vivas. O ambientalismo questiona as formas de dominação e exclusão social, buscando novas formas de organização do trabalho contrárias a interesses predatórios. Chama atenção, ainda, para o fato de que as velhas contradições sociais refletem-se nos padrões de apropriação e consumo dos recursos naturais.

Segundo os autores, verificam-se, no dia-a-dia, muitos exemplos de empobrecimento e exclusão social, e mesmo da sucumbência de comunidades pela deterioração do meio ambiente, devido ao manejo inadequado dos recursos naturais. Essa, no entanto, não é uma característica das civilizações modernas, pois muitas civilizações antigas, tidas como exuberantes e “modernas”, se viram forçadas a deixar suas terras ou mesmo sucumbiram ante o manejo inadequado de seus recursos naturais. No Brasil, as cidades se acham no centro da problemática ambiental, a qual se articula também com o quadro de exclusão social que vem se aprofundando nas últimas décadas.

LUCCA (2006) acredita que Apesar de estarem implícitas desde o início da sociedade humana, as preocupações com o impacto ambiental promovido pelas ações do homem, e mais precisamente do industrialismo, despontaram no final da década de 1960, através de um forte e organizado movimento ambientalista que começava a tomar as feições que se conhece hoje. Uma segunda onda de preocupações ambientais veio na década de 1980, trazendo como estratégia o consumo de produtos ecológicos ou também denominados “verdes”. Principalmente na Europa e América do Norte surgiu, nesse período, um novo tipo de consumidor dispostos a pagar mais caro para adquirir produtos menos poluentes ou fabricados de acordo com padrões ambientais avançados. Esse segmento de mercado se demonstrou suficientemente importante para gerar uma verdadeira explosão de produtos, embalagens, propagandas e estratégias de marketing voltado para o consumidor ecologicamente correto, o que gerou um leque amplo de oportunidades para os designers. Esse mercado evoluiu tão rapidamente entre o final da década de 1980 e o início da década de 1990 que ocasionou a situação paradoxal de produzir um consumismo verde.

Já SANCHS (2003) defende que será preciso afastar a visão de que cuidado com o Meio Ambiente é um custo adicional para os produtores. Ele pode ser, ao contrário, uma oportunidade para desenvolver novas atividades produtivas, como a gestão de recursos naturais e a redução de desperdícios. Atividades *triplamente* vencedora, porque conservam o meio ambiente, geram renda e criam empregos total ou parcialmente financiados pela poupança de recursos naturais.

A autora ainda completa dizendo que será fundamental enfatizar aí a extraordinária possibilidade representada pela biodiversidade brasileira, inclusive com o aproveitamento múltiplo da biomassa para produção de um leque de produtos. O Brasil até pode liberar em escala mundial a transição para uma economia moderna, baseada no uso extensivo de recursos naturais renováveis, em condições ecologicamente sustentáveis.

Para Mckinsey&Company (2006) muitos empreendedores sociais tiveram dúvidas sobre a possibilidade e a legitimidade de criar e operar negócios com impacto social que fossem sustentáveis a longo prazo, enquanto outros resistiram a ideia de incluir a lógica do negócio no cerne de suas operações.

Heckert (2008) acredita que a agenda de construção de uma sociedade inclusiva requer a opção por estratégias de desenvolvimento e de emancipação social. Ao focar o tema, buscamos uma abordagem com vistas à compreensão crítica

do trabalho, em suas transformações, em seu sentido e implicações para o desenvolvimento humano, e, em suas possibilidades, como vetor de construção de uma sociedade solidária, justa e sustentável.

Segundo a mesma autora a questão da inclusão/exclusão tem sido tratada, via políticas públicas, por diversos setores. O binômio exclusão/inclusão aplica-se também nas análises sobre as transformações no mundo do trabalho, gerando desemprego de significativas parcelas da população. Aí a exclusão é entendida na ação de pôr fora o que estava dentro, vitimando os trabalhadores de processos sociais, políticos e econômicos excludentes. O princípio da autogestão torna-se uma dinâmica geradora da inclusão, à medida que supera ações individualistas e outras que norteiam o trabalho subordinado; a intercooperação, manifestada por meio das redes e parcerias, forja um mercado solidário, reinstalando as trocas cooperativas com o território e sua população, entre os limites ecológicos e éticos.

Atuando, portanto em tecidos organizativos locais profundamente fragilizados, tais políticas buscam em primeiro lugar estimular processos de auto-organização coletiva. Elas induzem à organização dos grupos sociais nos territórios como primeiro passo para uma tentativa de construção de processos mais sustentáveis de desenvolvimento. É assim, por exemplo, através das ações de organização de grupos informais e redes sociais, além das iniciativas de apoio ao associativismo e cooperativismo (França, 2006).

Sobre a origem e o trabalho de Incubadoras Universitárias Heckert (2008) explica que os estudos e debates no âmbito do movimento de economia solidária têm apontado, entre as demandas dos empreendimentos econômicos solidários, o acesso a novas tecnologias, o domínio de conhecimentos em gestão de negócios, o apoio técnico e administrativo para garantia de melhor posicionamento de seus produtos no mercado. Essa necessidade vem reforçar a tese de que o desenvolvimento de um modo de produção solidário demanda uma formação continuada. Em nossos dias, várias entidades de apoio, assessoria e fomento têm se dedicado a responder essa demanda. As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, das universidades, têm suas raízes em movimentos como a Ação da Cidadania, quando em meio à extrema pobreza de camadas significativas, principalmente dos grandes centros urbanos brasileiros.

Para Naime (2012) o atual modelo de crescimento econômico produziu enormes desequilíbrios. De um lado

nunca houve tanta riqueza e fartura no mundo, e por outro, a miséria, a degradação ambiental e a poluição aumentam.

Não é possível imaginar que este modelo de crescimento obtenha condições de perenidade. Diante desta constatação, surge a necessidade do Desenvolvimento Sustentável, buscando conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e o fim da pobreza no mundo. França (2006) apud Heckert (2008)

O autor explica desenvolvimento sustentável como a forma mais abrangente como a busca de equilíbrio entre tecnologia e ambiente, com participação de todos os grupos sociais e nações, em busca da qualidade de vida, equidade e justiça social. Neste momento, deve ser enfatizada a diferença entre crescimento e desenvolvimento. Crescimento não conduz de forma automática à igualdade ou à justiça social, pois não considera estes aspectos. O desenvolvimento sustentável, ou a tão propalada sustentabilidade planetária que envolve variados tipos de sustentabilidade, considera a geração de riquezas e sua distribuição, de forma a melhorar a qualidade de vida de toda população, dentro do contexto de preservação ambiental do planeta.

Segundo Naime (2012) Ecodesign atualmente expressa muito charme entre os “designers” e projetistas de produtos em geral. Objetivamente busca procurar matérias-primas que sejam recicláveis ou utilizar materiais que sejam reaproveitáveis, já disponíveis desenvolvendo produtos de forma que as misturas de materiais não inviabilizem futuros reaproveitamentos.

Por outro lado, Régis (2004) lembra da necessidade de discriminar Ecodesign de Design Sustentável. O design sustentável é aquele que garante, para as próximas gerações, os recursos para a sua produção, mas que, para isso, não precisa necessariamente ser ecológico. Como exemplo, no estado de Minas Gerais, há uma comunidade que sobrevive da venda de objetos feitos em pedra-sabão. A quantidade de matéria-prima para a produção é abundante, ou seja, a produção é sustentável, não há o risco da pedra-sabão acabar, porém, em nenhum aspecto se identifica com os critérios do ecodesign. A produção, com a retirada das pedras, altera o meio ambiente e os resíduos da produção (pó de pedra) causam danos à saúde, quando aspirados pelos operários ou artesãos, além dos danos físicos, inclusive fazendo uso do trabalho infantil. É um produto resultante do design sustentável? Sem dúvida, mas não do ecodesign.

Contudo, Régis (2004) diz que o inverso é verdadeiro: para ser considerado um produto oriundo do ecodesign, é preciso que seja sustentável, senão não teria como garantir continuidade da produção para as gerações futuras.

Branco (2003) sugere uma série de critérios, segundo os quais seja possível avaliar se um produto possui as características que o tornem sustentável. Esse conjunto de critérios permite diferenciar os produtos de “bom design”, que incorporam reais conceitos de preservação ambiental, dos que permanecem na superficialidade da utilização de matérias primas recicladas ou recicláveis.

Fochi (2007) acredita que o principal objetivo do Ecodesign é a criação de produtos eco-eficientes, sem comprometer seus custos, qualidade e restrições de tempo para a fabricação. O conceito de eco-eficiência, como foi definido anteriormente por Fiksel, remete-se a práticas ambientalmente responsáveis, que devem ser concordantes com as políticas e estratégias da empresa. Dessa maneira, para que sejam alcançados os objetivos da empresa, com relação aos compromissos ambientais assumidos, é necessário que sejam adotadas algumas práticas durante o projeto de um produto.

As práticas apresentadas a seguir são apontadas por Fiksel (2000) como uma base para a implementação dos conceitos de Ecodesign nas empresas.:

- Recuperação de material: para que sejam facilmente recuperados, os materiais utilizados devem estar o mais próximo possível de seu estado natural. Materiais compostos (compósitos) são de difícil recuperação e reciclagem, pois, muitas vezes, não é possível a separação dos componentes originais.
- Recuperação de componentes: é utilizado em casos em que a tecnologia do produto torna-se obsoleta rapidamente, como os computadores pessoais. Assim, partes do produto podem ser retiradas e utilizadas em outros produtos ou enviadas para o fabricante recuperá-las.
- Facilidade de acesso aos componentes: para que um produto possa ser desmontado otimizando custo e esforço, seus componentes devem ser de fácil acesso, permitindo que, no fim da vida útil do produto, sejam recuperados os componentes para serem usados novamente e seja feita uma separação que facilite também a reciclagem das partes que não podem ser reutilizadas.
- Projetos voltados à simplicidade: o designer deve procurar criar um produto que tenha por sistemas construtivos mais simples, não descuidando do fator estético. Formas mais simples geralmente possuem um custo de produção menor, pois utilizam menor quantidade de material, além de permitir maior facilidade de montagem e desmontagem, favorecendo uma durabilidade maior.
- Redução de matérias-primas na fonte: é uma prática que visa reduzir o consumo de materiais ao longo do ciclo de vida do produto, sendo uma das alternativas mais desejáveis

em termos de redução de impactos ambientais, pois, reduzindo o consumo de matérias-primas, se reduz também a quantidade de resíduos gerados. Fiksel (2000) apud Fochi (2007)

Para Pinheiro (2005) como a informação e as tecnologias, na condição de instrumento/ ferramenta, concorrem para divulgar, disseminar e universalizar o acesso à arte, a obras artísticas, e podem estimular a criatividade das pessoas e sua consciência. A arte, para ser comunicada, deve passar a informação semântica e a informação estética, esta última não traduzível. A característica de intradutibilidade, apontada por Moles (1981), é reforçada por McLuhan (1964), ao ressaltar a “inadequação das palavras em transmitir informação visual sobre objetos”.

Para Pazmino (2007) o designer pode tornar um produto ecológico fazendo um redesign de produtos existentes ou design de novos produtos com vantagens ambientais, para isto o designer deve atuar em cada uma das fases do ciclo de vida do produto -pré produção, produção, uso, descarte, reciclagem, reuso -tomando decisões ecologicamente corretas que minimizem o impacto ambiental dos produtos.

Em sua obra Pazmino (2007) também aborda o chamado design social, em suas palavras: para a sociedade, consiste em desenvolver produtos que atendam às necessidades reais específicas de cidadãos menos favorecidos, social, cultural e economicamente; assim como, algumas populações como pessoas de baixa-renda ou com necessidades especiais devido à idade, saúde, ou inaptidão. O design social implica atuar em áreas onde não há atuação do designer, e nem interesse da indústria com soluções que resultem em melhoria da qualidade de vida, renda e inclusão social. Conduzir para uma produção solidária e uma responsabilidade moral do design. Moles (1981), McLuhan (1964) e (Pinheiro, 1996) apud Pinheiro (2005)

CONCLUSÃO

Este artigo apresentou um rico referencial bibliográfico que proporcionará a realização do Trabalho de Iniciação Científica realizado pelos alunos da Graduação do Curso de Design da FAAC neste ano de 2013 na UNESP – Campus de Bauru, sob a minha coordenação. Projeto este, aprovado e contemplado com duas bolsas de Iniciação Científica mantidas pela Reitoria da UNESP.

A partir deste referencial, os alunos iniciarão o outro trabalho proposto que é a produção de produtos que podem ser construídos com materiais recicláveis de baixo custo por

comunidades da cidade de Bauru que necessitam aumentar a renda familiar.

A presente pesquisa apresentou-se rica, aumentando o conhecimento dos alunos e criando condições de conscientização e inspiração para obras que façam parte no processo de sustentabilidade de nosso mundo.

Referencias Bibliográficas

- [1] CORRÊA, Rosa Maria (organização). Avanços e desafios na construção de uma sociedade inclusiva. Belo Horizonte, 2008.
- [2] FOCHI, Patrícia Lemos. O Pólo Moveleiro de Mirassol: Práticas Ambientais Relacionadas Ao Ecodesign. Bauru, 2007.
- [3] GARCIA, Juan Carlos Claros. Ecodesign:Estudo de Caso em uma Indústria de Móveis de Escritório. Belo Horizonte, 2007.
- [4] LUCCA, André de Souza. A Produção Científica da Associação de Ensino de Design do Brasil: Possibilidades de um Referencial Teórico para o Ensino de Ecodesign. Ijuí, 2006.
- [5] MCKINSEY&COMPANY. Negócios Sociais Sustentáveis: Estratégias inovadoras para desenvolvimento social. São Paulo: Petrópolis, 2006
- [6] MELLO, Paulo C. Barbosa, FONSECA, Reinaldo (organização). Arte, Novas Tecnologias, e Comunicação:Fenomenologia da Contemporaneidade. São Paulo, 2010.
- [7] NAIME, Roberto. Do Design ao Ecodesign: Pequena História, Conceitos e Princípios. Cascavel, 2012.
- [8] PAZMINO, Ana Verónica. Uma reflexão sobre Design Social, Eco Design e Design Sustentável. Curitiba, 2007.
- [9] PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. “Educação da sensibilidade”, informação em arte e tecnologias para inclusão social. Rio de Janeiro, 2005.
- [10] RÉGIS, Frederico Menezes. Ecodesign: Potencialidades do Bambu. Salvador, 2004
- [11] SANCHS, Ignacy. Inclusão Social pelo Trabalho: Desenvolvimento Humano, Trabalho Decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte. Rio de Janeiro: Gramond, 2003.